

Abusos de Posição Dominante

Abusos de Posição Dominante

2012

Ricardo Bordalo Junqueiro
Advogado



ABUSOS DE POSIÇÃO DOMINANTE

AUTOR

Ricardo Bordalo Junqueiro

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almедina.net · editora@almедina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

...

Outubro, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Apesar do cuidado e rigor colocados na elaboração da presente obra, devem os diplomas legais dela constantes ser sempre objeto de confirmação com as publicações oficiais.

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.

 | GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

JUNQUEIRO, Ricardo Bordalo

Abusos de posição dominante. – (Monografias)

ISBN 978-972-40-4944-1

CDU 346

*Aos meus Pais, que continuam sempre presentes, e a quem
nunca pude retribuir tudo o que me deram.*

À Joana, pela cumplicidade.

Aos nossos filhos, Leonor e Vasco.

AGRADECIMENTOS

Esta obra não teria sido possível sem diversos contributos que me cabe aqui agradecer.

Começo pela família, em especial, a minha mulher, Joana, os meus filhos, Leonor e Vasco, e a minha irmã Patrícia. Cada um à sua maneira são fundamentais para que consiga levar a bom porto os desafios com que me vou deparando na vida. A empreitada cujo resultado se encontra plasmado nas páginas que se seguem não foi exceção.

Uma referência é igualmente devida à equipa de Concorrência/U.E. da Vieira de Almeida & Associados, e, em particular, ao Dr. Nuno Ruiz, com quem, ao longo de mais de uma década, tenho tido o privilégio de aprender a pensar os problemas do direito da concorrência e a procurar sempre a excelência no trabalho.

Também ao Dr. Nuno Ruiz, mas, igualmente, ao Dr. Diogo Santos Pereira e à Dra. Carla Farinhas, agradeço terem lido e comentado versões preliminares de alguns dos capítulos desta obra. A pertinência das observações tecidas permitiu um substancial aumento da sua qualidade.

Não menos importante foi a ajuda do Dr. Alexandre Norinho de Oliveira no exercício de revisão dos textos, graças à qual diminui bastante a quantidade de erros e inconsistências.

Não obstante o que por todos foi aportado, cabe, contudo, chamar a mim próprio a responsabilidade exclusiva por eventuais erros, lapsos, inconsistências ou omissões, que a obra continue a apresentar.

Uma palavra final para a VdAcademia pelo apoio formal a este projeto, possibilitando assim a criação de condições para que fosse possível realizá-lo.

PREFÁCIO

Os últimos dez anos foram especialmente férteis no que toca à interpretação e aplicação do direito da concorrência aos abusos de posição dominante. Proliferaram as decisões administrativas a nível da União Europeia e dos Estados-membros e, inevitavelmente, a estas sucedeu-se a pronúncia dos tribunais. A Comissão Europeia anunciou, discutiu publicamente e, finalmente, difundiu orientações sobre abusos de exclusão.

Portugal não escapou a esta tendência. A Autoridade da Concorrência tomou posição sobre questões de recusa de acesso a infraestruturas essenciais, de discriminação e de esmagamento de margens. Os tribunais foram chamados a apreciar, não apenas a legalidade das decisões da Autoridade, mas também pedidos de condenação no pagamento de indemnizações pelos danos decorrentes da conduta alegadamente abusiva de empresas detentoras de posição dominante.

Evoluiu-se de uma lógica de infração por objeto associada à especial responsabilidade da empresa dominante para uma perspetiva fundada na lógica do abuso e nos efeitos atuais ou potenciais do comportamento abusivo, abrindo-se o terreno à análise económica, nem sempre suficientemente esclarecedora e proporcionadora de segurança jurídica.

Mas, o que é realmente um abuso? Qual a fronteira entre uma conduta racional e legítima e uma conduta racional e abusiva? Onde termina a concorrência e começa o abuso?

O título e a obra não poderiam ser mais oportunos. A capacidade de síntese e a atualidade são méritos evidentes do autor. A clareza é porém o que mais considero digno de nota. A clareza com que conduz o leitor através da sucessão exaustiva de questões que o tema suscita e que quase

parecem inevitáveis e simples apesar do carácter por vezes errático da doutrina, da prática administrativa e da jurisprudência, não raro fontes de maior incerteza do que de segurança jurídica.

E é por isso valioso o modo como os temas se adivinham e sucedem: primeiro o porquê das coisas, em seguida a explicação e assimilação dos conceitos, depois a razão das soluções, por fim os terrenos ainda inexplorados e o espaço das controvérsias.

O resultado é menos uma obra de consulta, onde se procuram respostas num cardápio completo de precedentes nem sempre explicados e explicáveis, do que um discurso que atrai e não se abandona, e do qual se sai afinal familiarizado com uma problemática, e que por isso nos ensina a lidar com o inesperado para além dos tipos e das dogmáticas, ou seja, com a intimidade da vida económica e dos negócios e com a naturalidade da exploração abusiva do poder de mercado.

Nada mais estimulante.

NUNO RUIZ

Lisboa, 28 de Julho de 2012